



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBOVespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,03% São Paulo	169.649	R\$ 5,164 (-0,2%)	15/junho 5,066 16/junho 5,086 17/junho 5,107 18/junho 5,175	R\$ 1.621	14,15%	14,15%	Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67
0,14% Nova York	16/6 17/6 18/6 19/6						

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A fronteira agrícola e suas particularidades

Área é desvinculada de alinhamento econômico e político, tanto que confia mais nos EUA do que na China, mostra FGV

» ROSANA HESSEL

Motor exportador

Uma pesquisa inédita realizada pela Escola de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV RI) revela que a opinião pública de cidadãos, principalmente agricultores, do Centro-Oeste e do Norte do país, está desvinculada do alinhamento político. Conforme dados do relatório *Como a Fronteira Agrícola Vê as Relações Internacionais*, obtido pelo **Correio** com exclusividade, apesar de essas duas regiões terem um forte comércio com a China, isso não quer dizer que os agricultores confiam nos chineses.

Um dos destaques da pesquisa mostra que a China absorveu 80% das exportações de soja e 86% das exportações de carne bovina da fronteira em 2022. Contudo, os moradores das duas regiões confiam muito mais nos Estados Unidos do que nos chineses.

Conforme os dados do relatório, enquanto 21,8% dos entrevistados descrevem os EUA como “muito confiáveis”, apenas 12,6% dizem o mesmo da China — uma diferença de mais de nove pontos percentuais. A confiança na China recuou quase 20 pontos percentuais desde 2017.

“A fronteira vende para a China sem confiar nela. A China compra 80% da soja e 86% da carne bovina da região, mas os EUA inspiram mais confiança. Isso quebra a lógica de que quem compra, manda. Comércio não compra lealdade política”, afirma o diretor da FGV RI e um dos autores da pesquisa, Matias Spektor, em entrevista ao **Correio**.

O pesquisador explica que a fronteira agrícola é formada pelo Centro-Oeste e pelo Norte do Brasil que, hoje, são o motor exportador nacional. Juntas, essas duas regiões geram cerca de 25% das exportações brasileiras, o equivalente a US\$ 86,6 bilhões em 2025. “O Centro-Oeste sozinho produz quase metade dos grãos e oleaginosas do Brasil. Somado ao Norte, ambos concentram 58% do rebanho bovino nacional. É onde a soja e a carne que abastecem o mundo saem do chão — e onde as decisões de Washington, Pequim e Bruxelas chegam primeiro, antes mesmo de chegarem a Brasília”, destaca.

De acordo com o estudo, a fronteira agrícola do Brasil comporta-se como uma região politicamente independente, e está emergindo como decisiva nas eleições presidenciais. O pesquisador destaca que essas duas regiões representam 15% do eleitorado nacional. “Quem acha que essa região é só pauta de bancada ruralista está olhando para o retrovisor. É direita, é antiestatista, e não vai seguir cegamente quem compra sua soja. Nenhum candidato à Presidência pode mais vencer ignorando essa fatia tão importante do Brasil”, destaca.

O relatório também traça o perfil político da região. Uma pluralidade de 83,5% dos moradores se identifica como de direita ou centro, enquanto apenas 16,5%, de esquerda. Maiorias expressivas acreditam que o governo interfere demais na vida das pessoas (55,9%) e que a regulação governamental dos negócios faz mais mal do que bem (64,3%).

Principais resultados

A China é o principal destino das exportações de soja das regiões Centro-Oeste e Norte do país, mas não exerce influência política entre os agricultores, conforme relatório da FGV RI



Valdo Virgo/CB/D.A. Press

O levantamento ainda mostra que essa cultura política antiestatista é a lente por meio da qual todas as pressões externas são filtradas — e explica, em parte, tanto a vantagem de credibilidade dos EUA quanto o ceticismo em relação às regulações da União Europeia e ao modelo de Estado chinês.

Conforme o relatório, os Estados Unidos são vistos como uma presença tanto econômica quanto política, e a China é percebida, principalmente, como um ator econômico cuja influência política permanece indefinida e

aberta a reinterpretções. Enquanto isso, empresas americanas foram responsáveis por quase metade (47,9%) das exportações de soja da fronteira para a China.

Acordo UE-Mercosul

Em relação ao acordo que prevê livre-comércio entre União Europeia e Mercosul, Spektor conta que houve uma descoberta mais interessante do que o apoio ou a rejeição ao acordo.

“Descobrimos como esse cidadão entende a pressão europeia

QUÃO CONFIÁVEIS O ENTREVISTADO ACREDITA QUE OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA SEJAM

Confiança	China	Estados Unidos
Muito pouco confiável	28,9%	22,7%
Moderadamente confiável	58,5%	55,5%
Muito confiável	12,6%	21,8%

QUANTA INFLUÊNCIA O ENTREVISTADO ACREDITA QUE OS EUA E A CHINA POSSUEM SOBRE ECONOMIA E A POLÍTICA BRASILEIRA

Economia	China	Estados Unidos
Nenhuma influência	8,5%	7,8%
Alguma influência	39,7%	36%
Muita influência	51,8%	56,2%

Política	China	Estados Unidos
Nenhuma influência	23,8%	15,7%
Alguma influência	53,6%	42,7%
Muita influência	22,6%	41,6%

Fonte: Como a fronteira agrícola vê as relações internacionais/FGV RI

» Carne liberada até setembro

O senador e ex-ministro da Agricultura Carlos Fávaro (PSD-MT) afirmou, ontem, que o governo quer resolver o bloqueio da exportação de carnes para a União Europeia até 3 de setembro, quando a medida entra em vigor. Questionado por jornalistas durante a inauguração de uma ferrovia em Dom Aquino, Mato Grosso, Fávaro admitiu, inclusive, a possibilidade de encerrar o uso de antibióticos na produção. “Se é isso que o comprador exige, nós vamos retirar. Essa é a recomendação que fiz para o presidente Lula, e sei que o ministro André (de Paula, da Agricultura) vai trabalhar nisso. Tenho certeza de que, até setembro, estará resolvido”, comentou o senador.

europeus, e entende exatamente que isso custará ao Brasil”, resume.

De acordo com o pesquisador, o cidadão brasileiro tem um comportamento contraditório, pois considera as regras ambientais europeias razoáveis, mas também acha que elas existem para proteger o produtor europeu, não o meio ambiente. “Curiosamente, esse mesmo cidadão quer menos regulação ambiental no Brasil de modo geral. A lição é simples: regra que abre mercado, ele aceita. Regra imposta pelo Estado brasileiro, ele rejeita”, explica.

Brasil S/A

por Antonio Machado



CULTURA DE EFICIÊNCIA E INDICADORES DE RESULTADOS SÃO ARMAS CONTRA A MEDIOCRIDADE E A CORRUPÇÃO

machado@cidadebiz.com.br

Político tem patrão

Sob os desígnios da liderança disfuncional dos EUA num ano em que cá e lá haverá eleições, a partitura da ópera desafinada de Trump dá o alibi para um país potencialmente rico pelo que é e pobre por opção de suas elites governantes buscar o progresso sem truques.

Por progresso entenda-se não só o avanço da economia e o aumento do bem-estar, mas a remoção dos obstáculos que os travam desde uma a duas gerações passadas. O maior é o desenho da *Constituição de 1988*, farta em direitos e omissa na cobrança de resultados. Sem indicadores de desempenho compulsórios, florescem o descaso e os péssimos resultados confrontados aos de países emergentes que, há 40 anos, estavam atrás de nós, como China, Coreia do Sul e Índia, além da corrupção endêmica à esquerda e à direita.

Esse é o princípio da montagem de um plano de desenvolvimento sem risco de descambar em inflação, em ruína das finanças públicas, ou presa de governantes populistas e de jogos de interesse espúrios das potências neoimperialistas — EUA e China. Não adianta defender o multilateralismo regado por organizações globais, tipo a ONU e a OMC, quando a geopolítica é ditada por potências hegemônicas.

Não se trata de alinhar-se a nenhuma delas, mas de sentar à mesa do poder

mundial como parceiro, não como convidado, condição em que o Brasil esteve nesta semana na Cúpula do G7, na França. Para tal, o gigantismo territorial e riqueza natural não importam. É a importância econômica para além da exploração extrativista, o que implica domínio tecnológico e uma mistura inteligente de dissuasão militar e o soft power cultural (música, filmes etc.).

Para sairmos do pantano dos sonhos frustrados, há antecedentes ao que propõem entidades empresariais e economistas do tal “mercado”, para os quais bastariam ajuste fiscal e tirar o governo da frente, se não houver crise à vista, para que a riqueza se fizesse por ato de graça. Tudo isso importa, mas só se forem sólidos os pilares da boa gestão, política com visão nacional e eleitor consciente.

Fim do alvará à libertinagem

Neste ano de eleições, o governo bagunçado de Trump pode ser uma oportunidade, se nossa elite dirigente em 2027 atentar para o que é relevante. Primeiro, sufocar a corrupção, que começa com o fim da ilusão de maioria parlamentar formada pelo presidente graças ao aliciamento por emendas e à entrega de feudos do Estado. Segundo, assumir sem disfarce a gestão profissional, o foco em metas e seus indicadores de desempenho e a cultura de eficiência.

Não é tudo, longe de ser um plano tanto de estabilidade quanto de crescimento inclusivo e transformador, mas sem linha programática dirigida por metas, dados e indicadores de resultados, o que vier funcionará como alvará à libertinagem. A mudança requer servidor público como um verdadeiro gestor de impactos sociais.

O caso Master, tomado aqui só como sinal de doença maior, ajuda a separar moralismo farsesco de reforma. Indignação é saudável, mas insuficiente. Escândalos aparecem quando a administração pública vira condomínio mafioso de influência: cada grupo ocupa uma sala, controla nomeações e distribui exceções. Dão a isso o nome de governabilidade, um sofisma para disfarçar o mau cheiro.

A corrupção precisa de opacidade, de metas frouxas, fiscalização sem autonomia, regulador sem contrapeso, orçamento sem vínculo com entrega e político indiferente a maus resultados.

A régua para 2027 a 2030

A limpeza institucional tem de ser profunda. Não basta trocar os nomes, abrir CPI, prender o fulano da vez e esperar os vazamentos.

É preciso desarmar o alvará permanente dado ao improvisado. Sem indicador de cada uma das ações públicas, sobram desculpas. Sem meta, o fracasso é anônimo. Sem avaliação contínua de desempenho, não há o que cobrar. Estamos assim,

apesar de TCU, CGU etc.

Sem rastreabilidade do dinheiro, a fronteira entre lobby, captura regulatória e crime organizado fica borrada. É aí que a cultura de resultados reforça a democracia, já que o cidadão não fiscaliza abstrações, ele fiscaliza números, prazos, custos e impactos.

O Brasil que precisa nascer em 2027 para chegar transformado em 2030 não começa por lista de promessas. Bastam poucas prioridades, com metas claras, cobrança e orçamento amarrado ao resultado.

Três a cinco objetivos por área. Uma unidade de entrega ligada ao chefe do Executivo, sem substituir ministérios ou secretarias, mas com força para cobrar prazos, destravar gargalos e expor o que vai mal. Contratos de gestão para ministros e secretários. Painéis de ações abertas para a sociedade acompanhar a execução. Não é muito.

Como disciplinar a política

O caminho é direto. O modelo se inspira na cultura da eficiência, metas e meritocracia, a base do ecossistema de formação de quadros públicos e privados e formulação de ideias apoiado pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Suas virtudes são claras, ao profissionalizar a gestão, substituir o favor pela competência, forçar o governo a medir o que entrega e proteger o orçamento de desperdícios.

A meritocracia combina prêmio, formação, autonomia, transparência e

responsabilidade, sem maquiagem de dados. Fez-se isso em Sobral, no Ceará, na educação, mostrando que é possível trocar a política miúda por foco, avaliação, apoio pedagógico e seleção técnica.

Experiências de metas na segurança, na saúde e em obras públicas indicam o mesmo caminho e seus riscos. Métrica mal desenhada induz fraude. Bônus sem auditoria vira teatro. Insulamento técnico sem participação democrática vira tecnocracia arrogante. A gestão por resultados precisa andar com controle externo forte, transparência radical e participação social. Os dados disciplinam a política.

Esse é o cerne de um plano para 2027-2030: reconstruir capacidade estatal sem recriar o velho estatismo esbanjador; atrair talento privado sem privatizar o interesse público, tudo com autonomia ao gestor visando dificultar a ocultação de incompetências.

O orçamento deve financiar entregas, não corporação nem lobbies. Estabilidade funcional existe para proteger a função pública, não para blindar a mediocridade. Regulação visa impedir que o sistema público vire balcão de negócios de lobistas. Sem tais princípios, a mediocridade e os escândalos serão cada vez mais recorrentes.

Duas metas esperam as novas elites políticas: deixarmos de gerir a impotência e passarmos a construir o poder geopolítico cada vez mais essencial. Será factível? Não sabemos, mas, como político tem patrão, é hora de o patrão voltar ao comando e cobrar os eleitos.